

CIES e-Working Paper N.º 145/2013

As retóricas da crise em Portugal

Fernando Ampudia de Haro

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Fernando Ampudia de Haro é docente no ISLA Campus Lisboa e investigador no CIES-IUL. Licenciado e doutorado em Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid. Interesses atuais de pesquisa: processos civilizacionais e descivilizacionais de natureza financeira, construção social das crises e sociologia dos pânicos morais.

Resumo

O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise crítica dos modelos retóricos utilizados por diferentes economistas no seu diagnóstico acerca da crise económica em Portugal. A principal referência teórica é a obra de Albert O. Hirschman *The Rhetoric of Reaction (Retóricas de la intransigencia)*, da qual são retirados três modelos (perversidade, futilidade e risco) a partir dos quais é construída essa análise. O texto parte de uma reflexão global acerca da relevância social da economia. De seguida, analisa as modalidades retórico-argumentativas usadas por um grupo específico de economistas (Francisco Louçã, Álvaro Santos Pereira, António Nogueira Leite e uma seleção daqueles que habitualmente escrevem na edição portuguesa de *Le Monde Diplomatique*) na sua abordagem das causas e consequências da crise económica; abordagem que, explícita ou implicitamente, incorpora uma visão específica da mudança e das transformações sociais. Finalmente, propõe-se uma conceptualização provisória dos diagnósticos destes economistas enquanto discursos sociais confrontados com o intuito de definir socialmente os contornos, os desenvolvimentos e as soluções da crise.

Palavras-chave: economistas, economia, mudança social, Albert O. Hirschman, perversidade, futilidade, risco, crise económica, Portugal.

Abstract

The aim of this working paper is to analyze the rhetorical models used by several economists in their diagnosis on the Portuguese economic crisis. The main theoretical reference is Albert O. Hirschman's *The Rhetoric of Reaction (Retóricas de la intransigencia)*. Its three main theses (perversity, futility and jeopardy) are applied in order to explore the argumentation of these economists. This work proposes a) a general reflection on the social relevance of economics; b) an analysis of the rhetorical and argumentative models presented by a group of Portuguese economists (Francisco Louçã, Álvaro Santos Pereira, António Nogueira Leite and a selection of those who usually write in the Portuguese edition of *Le Monde Diplomatique*) in their approaches to the crisis, approaches which explicitly or implicitly contain a specific view on social change and c) a provisory conceptualization of these diagnoses as social discourses through which the nature, the developments and the solutions for the crisis are socially defined.

Keywords: economists, economics, social change, Albert O. Hirschman, perversity, futility, jeopardy, economic crisis, Portugal.

1. INTRODUÇÃO

É frequente ouvirmos nos discursos à volta do fenómeno da crise que esta constitui, apesar de tudo, uma oportunidade. Uma oportunidade para explorar “novas áreas e novos domínios de desenvolvimento”,¹ para “o fortalecimento da economia portuguesa”,² para “mudar de vida”,³ para “dar mais liberdade ao cidadão e menos peso ao Estado”,⁴ para atrair investimento estrangeiro⁵ ou, por que não, para “comer bem com poucos recursos”.⁶ Independentemente do grau de acordo ou de desacordo que estas afirmações possam suscitar, existe um campo no qual essa oportunidade parece adequadamente concretizada e significativamente bem aproveitada: segundo o *site* sitiodolivro.pt, existem pelo menos 66 títulos disponíveis que falam sobre a crise e as suas causas, consequências e soluções quer ao nível nacional quer ao nível internacional, todos eles publicados em língua portuguesa e em datas recentes.⁷

No mercado editorial, essa oportunidade traduz-se numa sucessão de livros cujas capas e títulos transmitem em doses desiguais a imagem de um país em situação de emergência crítica: “A Dividadura”, “Acabou-se a festa”, “O medo do insucesso nacional”, “Portugal a arder”, “Portugal do avesso”, “Portugal na bancarrota”, “Portugal tem saída” ou “Só um milagre nos salva” são apenas uma amostra desse sentido de urgência, dificuldades e apertos em que vive hoje a sociedade portuguesa.⁸ Contudo, ficar pelas capas ou pelos títulos é sinónimo de ficar apenas com a vertente mais comercial, apelativa e até sensacionalista da questão. O que aqui interessa é, principalmente, o conteúdo destas publicações.

Sendo assim, o objetivo do presente artigo é analisar a retórica argumentativa empregue pelos autores de um grupo selecionado destes textos de acordo com a grelha de análise proposta por Albert

¹ Palavras do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, na conferência de apresentação da estratégia da UE para o Atlântico a 26/11/11. Consultado a 28/11/12 em <http://www.portugal.gov.pt/pt/mantenha-se-atualizado/20111128-pm-ue-atlantico.aspx>.

² De novo, palavras de Pedro Passos Coelho na Assembleia Geral das Nações Unidas, recolhidas pelo diário *Público* a 24/09/11. Consultado a 28/11/12 em <http://publico.pt/politica/noticia/passos-coelho-crise-e-oportunidade-para-o-fortalecimento-da-economia1513537>.

³ Pedro Passos Coelho na tomada de posse no Conselho para o Empreendedorismo e a Inovação, *Público*, 11/05/12. Consultado a 28/11/12 em <http://www.publico.pt/politica/noticia/passos-coelho-apela-a-cultura-de-risco-e-diz-que-desemprego-pode-ser-uma-oportunidade1545696>.

⁴ Jorge Moreira da Silva, vice-presidente do PSD na Universidade de Verão da JSD, Castelo de Vide, Portalegre, a 27/08/12. Consultado a 28/11/12 em <http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2012/08/27/vice-presidente-do-psd-diz-que-a-crise-pode-ser-oportunidade-para-superar-problemas>.

⁵ “Crise em Portugal é oportunidade para investidores chineses”, *Diário de Notícias*, 31/07/2011. Consultado a 28/11/12 em http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1939694&seccao=Dinheiro%20Vivo.

⁶ “Crise económica: comer bem com poucos recursos”, *Deco Proteste*, 16/04/2012. Consultado a 28/11/12 em <http://www.deco.proteste.pt/alimentacao/nc/noticia/crise-economica-comer-bem-com-poucos-recursos>.

⁷ Consultado a 28/11/12 em <http://www.sitiodolivro.pt/pt/montras/crise-crise-e-mais-crise/0/chave/p=1>.

⁸ As abordagens técnicas, ensaísticas ou polemistas não são as únicas que podem fazer parte desta listagem. Existem também publicações para um público infantil construídas com base em metáforas animais (João Miguel Tavares, *A Crise Explicada às Crianças*, A Esfera dos Livros, 2012) ou mesmo literárias fazendo finca-pé nos aspetos mais misteriosos da crise, como o mais recente romance de José Rodrigues dos Santos, *A Mão do Diabo* (Gradiva, 2012).

O. Hirschman na sua obra *Retóricas de la intransigencia*.⁹ Mais especificamente, esta análise centrar-se-á no tipo de argumentação desenvolvida para explicar as razões e os efeitos de determinadas decisões de política económica, as quais supostamente explicariam grande parte da conjuntura de crise que vive Portugal. Segundo os autores, cada uma destas decisões provocou no curto, médio ou longo prazo mudanças de diferente natureza no país; mudanças que o conduziram até à situação atual. Em suma, pretende-se estudar criticamente as modalidades argumentativas mobilizadas na explicação da crise, todas elas ligadas, explícita ou implicitamente, a uma ideia particular da mudança geral da sociedade: qualquer explicação sobre a crise é sustentada por uma visão compreensiva do sentido global das transformações sociais e dos processos e fatores envolvidos nas mesmas. Dito de um outro modo, explicar a crise é explicar também a mudança social.

De acordo com isto, num primeiro momento será realizada uma caracterização sintética dos livros-diagnóstico acerca da crise e apresentados também os textos que vão ser analisados. Num segundo momento, propor-se-á uma reflexão geral sobre a relevância social da economia como quadro geral em que estes textos devem ser enquadrados. Num terceiro momento, analisar-se-ão especificamente as retóricas argumentativas utilizadas pelos autores nas suas abordagens das causas e das consequências da crise assim como na identificação que efetuam dos promotores das políticas que levaram o país para a situação atual. Finalmente, é avaliado o contributo destes economistas em termos de discursos sociais em situação de concorrência pela definição social da crise.

2. LIVROS QUE DIAGNOSTICAM A CRISE

Como já foi apontado, a referência teórica deste trabalho é Albert O. Hirschman, nomeadamente o seu estudo sobre a retórica reacionária contrária às reformas através das quais foram implementados os direitos civis, políticos e sociais na Europa no decurso dos séculos XVIII, XIX e XX. De Hirschman retiramos três modelos retóricos principais – perversidade, futilidade e risco – para os aplicar nos textos acerca da crise em Portugal.¹⁰ No entanto, e como o próprio Hirschman indica, estes modelos não são intrinsecamente mas sim historicamente conservadores, isto é, ao longo da história é possível observar como foram alvo de apropriação por parte de diversas famílias políticas com diferentes graus de intensidade. A sua utilização depende, e muito, da posição em

⁹ O título original é *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy* (Harvard University Press, 1991). Existe uma tradução em português (*A Retórica da Intransigência*, São Paulo, Companhia das Letras). Sigo aqui a tradução espanhola que aparece recolhida na secção de referências bibliográficas.

¹⁰ Hirschman também identifica os parentes progressistas das três modalidades retóricas reacionárias. Estes são os modelos da reconstrução radical, da sinergia e da dinâmica histórica, analisados no capítulo 6 da sua obra.

relação ao poder político efetivo – detentor ou aspirante – de quem os usa, ou seja, dos seus interesses relativamente à manutenção do *statu quo* ou à necessidade de realizar reformas.

A partir da grelha de Hirschman, vão ser analisados, de entre a múltipla oferta existente, *Portugal na Hora da Verdade*, de Álvaro Santos Pereira (2011), *Uma Tragédia Portuguesa*, de António Nogueira Leite (2010), *Portugal Agrilhado*, de Francisco Louçã (2011), e *Portugal e a Europa em Crise*, compilação de artigos publicados na edição portuguesa de *Le Monde Diplomatique* (Reis e Rodrigues, 2011a). É verdade que o leque de títulos disponíveis permitiria diferentes escolhas e combinações. Não obstante, supomos que os discursos não seriam no essencial muito diferentes daqueles que aqui vão ser analisados. Partindo de uma hipótese de trabalho como esta – a qual deve ser consolidada mediante futuras análises de outros textos –, defendemos a ideia de que existe, se quisermos, um número infinito de possibilidades de falar acerca da crise, mas apenas um número finito delas acaba por se concretizar em discursos socialmente relevantes; discursos que fixam as fronteiras e as condições daquilo que é debatido na esfera pública. Portanto, é factível que esses discursos sejam ilustrados mediante uma seleção de textos como a que propomos. Entendemos que os títulos escolhidos podem ser estruturalmente representativos desses discursos e que, como tal, refletem as linhas mestras do debate sobre a situação portuguesa. A representatividade estrutural não procura reproduzir o universo alvo de estudo mas, sim, gerar os discursos mais significativos à volta de uma dada questão, isto é, os discursos que aparecem de forma recorrente quando essa questão é tratada (Ibáñez, 1985). Muito embora estes discursos sejam divergentes entre si, as publicações que os apresentam partilham um conjunto de características relativamente homogéneas e afins:

a) Trata-se de trabalhos realizados por economistas que desenvolvem uma aproximação ao fenómeno da crise sob uma perspetiva fundamentalmente económica. À formação em economia junta-se o desempenho profissional nesta mesma área como professores/investigadores ou administradores/gestores no setor público e privado. O percurso académico e profissional é a primeira via através da qual a argumentação dos autores reclama uma legitimidade baseada na sua condição de expertos portadores de um conhecimento especializado. Desta forma, todos os textos selecionados não se esquecem de referir o percurso científico e profissional dos autores assim como a sua posição académica.

Francisco Louçã é professor catedrático de Economia no ISEG; Álvaro Santos Pereira, professor de Política Económica e Desenvolvimento na Simon Fraser University e professor convidado de Macroeconomia na British Columbia University; e António Nogueira Leite, professor catedrático na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, responsável pelo planeamento estratégico e controlo de gestão do Grupo Mello assim como administrador da Brisa, EDP Renováveis e Reditus. Entre os autores de *Portugal e a Europa em Crise* encontramos também

professores catedráticos (João Ferreira do Amaral, José Reis), investigadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (José Castro Caldas, João Rodrigues) e da School of Oriental and African Studies da Universidade de Londres (Eugénia Pires, Nuno Teles), assim como docentes no ensino superior (Pedro Bringe de Amaral, João Pinto e Castro, Ricardo Paes Mamede, Nuno Ornelas Martins, António Carlos dos Santos ou Manuela Silva);

b) Um número significativo de autores ocupou no passado ou ocupa hoje cargos de responsabilidade política. Eis uma segunda fonte de legitimidade, a experiência em primeira mão, o que outorgaria um conhecimento direto de muitas das matérias de política económica que são discutidas nos textos: Álvaro Santos Pereira é, desde junho de 2011, ministro de Economia; António Nogueira Leite foi secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (novembro 1999-setembro 2000), presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Lisboa (1999) e é membro, desde 2010, do Conselho Nacional do PSD; e Francisco Louçã tem sido coordenador do Bloco de Esquerda desde a sua fundação (1999) até novembro de 2012 assim como deputado da Assembleia da República durante os últimos 13 anos. Entre os autores de *Portugal e a Europa em Crise* figuram João Ferreira do Amaral, assessor do Presidente da República, consultor da Casa Civil do Presidente da República (1991-1996) e diretor-geral do Departamento Central de Planeamento (1984-1989), ou José Reis, secretário de Estado do Ensino Superior entre 1999 e 2001;

c) Em maior ou menor medida, os autores assumem como pressuposto inicial a vontade de esclarecer o público, não necessariamente especializado, sobre a complexidade de uma crise definida, principalmente, em termos económicos. Deste modo, a ferramenta explicativa é o conhecimento económico supostamente desprovido da sua componente mais técnica e por isso, à partida, compreensível para uma audiência alargada. Há um esforço de divulgação com o intuito de pôr à disposição do público a ciência económica como recurso apto para a compreensão da crise. Neste sentido, o autor que mais explicitamente formula esta pretensão divulgadora é Álvaro Santos Pereira. Na contracapa do seu livro afirma que este está “pensado também para o leitor sem formação em economia”, razão pela qual é utilizada uma “linguagem acessível e clara”. Na contracapa de *Uma Tragédia Portuguesa* destaca-se a “clareza arrepiante” do diagnóstico de António Nogueira Leite, enquanto Francisco Louçã “convida os leitores a discutirem a crise, analisarem teorias económicas [e] conhecerem os problemas”;

d) Juntamente com a vontade de divulgação convive uma vontade de intervenção na liça política no que toca às medidas que deveriam ser adotadas para o país corrigir os seus problemas económicos. São livros, pois, que adotam um posicionamento específico na matéria, que visam intervir no debate público e que convidam o leitor a proceder do mesmo modo. Neste ponto, os autores de *Portugal e a Europa em Crise* são aqueles que assumem uma posição inicial mais frontal:

na contracapa afirmam a necessidade “imperiosa” de uma reflexão crítica que seja também um “processo coletivo de descoberta de alternativas a um *statu quo* inviável” (Reis e Rodrigues, 2011: 13b). O resultado é uma série de artigos que refletiriam “a pluralidade do pensamento económico nas esquerdas durante este período turbulento” (*Idem*: 13). Também na contracapa, Francisco Louçã fala numa crise que não é inevitável mas sim, entre outras coisas, “uma escolha de governantes apoiados na pretensão científica de muitos economistas”. Por fim, e de novo na contracapa de *Uma Tragédia Portuguesa*, a perspectiva de António Nogueira Leite é designada como “independente” e “liberal”.

Em resumo, estes textos-diagnóstico acerca da crise assentam no *pedigree* científico e profissional dos seus autores, o que teoricamente os converte em vozes autorizadas para falar nestas matérias, na vontade de esclarecimento da situação atual mediante a divulgação da ciência económica e na pretensão de serem ferramentas cívicas úteis no debate político sobre as medidas que devem ser aplicadas. A seguir, a interrogação que se coloca é dupla: por um lado, saber por que é que são os economistas os que em maior medida têm assumido o protagonismo no diagnóstico da crise e, por outro, conhecer as razões pelas quais são sistematicamente convocados pela opinião pública para emitirem os seus diagnósticos. Em conclusão, uma questão que convida a uma reflexão mais alargada sobre a relevância social da ciência económica.

3. A RELEVÂNCIA SOCIAL DA ECONOMIA

Desde a eclosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos até aos problemas da dívida que hoje afetam a zona euro, não cessou a publicação de livros com diferentes análises, previsões e soluções acerca da crise. Quando hoje se fala em crise tende sempre a prevalecer uma definição da mesma como fenómeno económico-financeiro, o que inicialmente explicaria por que é que têm sido principalmente os economistas os autores destas publicações. Tais textos só podem ser entendidos quando enquadrados num processo mais amplo pelo qual a economia, numa aceção genérica, emerge e consolida o seu estatuto como um saber socialmente relevante na definição, abordagem e tratamento dos problemas sociais. A proliferação destes livros-diagnóstico não pode ser explicada apenas pelo facto pontual do desencadeamento e desenvolvimento de uma crise, ou como a simples resposta de um mercado editorial que satisfaz um “surto” na procura de conhecimento económico: não estamos perante um produto do acaso ou uma coincidência acidental. A base social do fenómeno situa-se na relevância-hegemonia social da economia como saber legitimado e reconhecido no que toca à categorização e à abordagem de certas realidades sociais. Não é o meu propósito realizar neste ponto um exercício de sociologia histórica que ilustre a construção dessa relevância-hegemonia. Não

obstante, é necessário apontar para algumas dimensões básicas da mesma que sirvam para contextualizar a produção destes textos-diagnóstico sobre a crise.

Partindo de um ponto de vista genérico, é factível afirmar que a institucionalização da ciência veio acompanhada de um aumento da diferenciação e da especialização do conhecimento. Desta forma, a constituição da ciência como instituição social passou pela consolidação da figura do cientista como administrador legítimo do monopólio do saber tido como objetivo, certo e contrastável, isto é, do conhecimento científico. Restringiu-se progressivamente a acessibilidade a esse conhecimento aos não-especialistas, aumentando as exigências relativas ao capital intelectual e à formação que deviam fazer parte da “bagagem” do aspirante a cientista. Por outras palavras, cristaliza assim uma dicotomia cultural fundamental, a saber, aquela que distingue entre o experto e o leigo (Ungar, 2000; Felt, 2000).

A economia, como ciência social, não tem sido alheia a este processo. De facto, de entre todas as disciplinas que integram as ciências sociais quiçá seja aquela que é percebida como a “mais científica”, ou seja, a mais identificável com o padrão tradicional de ciência. Por exemplo, num inquérito aos estudantes de economia das sete universidades de topo dos Estados Unidos – Chicago, Columbia, Harvard, MIT, Stanford, Yale e Princeton –, 50% declaravam que o seu grau de acordo com a ideia de a economia ser a “mais científica” de todas as ciências sociais era total, e 27%, sem concordar totalmente, sim, manifestava um grau de acordo significativo (Colander, 2005). Esta autoatribuição de cientificidade é uma componente essencial da autoconsciência da economia como disciplina. Mas significa isto que todos os economistas entendem a economia como os estudantes do nosso exemplo?

Tomar a parte como um todo costuma ser um erro habitual entre aqueles que, a partir de uma área científica, observam e julgam o que acontece noutra. A distorção *pars pro toto* tem relação com os preconceitos que a partir de uma disciplina se constroem sobre aquelas que são mais afins ou mesmo sobre as mais afastadas: prova disto, trivial mas sintomática, são as “piadas” entre e sobre grémios científicos e profissionais. No entanto, o desconhecimento que suporta esses preconceitos tem relação também com a própria especialização do conhecimento, a qual alimenta o “sentimento de uma maior distância entre os diferentes domínios da investigação dentro do sistema científico” (Felt, 2000: 265) assim como um crescente nível de iliteracia recíproca entre aqueles que integram cada um desses domínios. Regressando à questão anterior, é verdade que nem todos os economistas partilham a percepção daqueles estudantes norte-americanos, embora seja certo que existem muitos que, sim, o façam. Reconhecer esta disparidade obrigaria a rever a questão da economia como ciência social “mais científica”.

É, sobretudo, uma corrente, versão e prática da ciência económica a que é identificada como a “mais científica”; aquela que se apresenta a si própria com capacidade preditiva e de controlo sobre a realidade económica, que justifica a sua cientificidade com base em modelos matemático-estatísticos pretensamente unívocos nos seus resultados e que tendencialmente assume como certa a equivalência entre *economy* e *economics*, isto é, a correspondência exata entre a ciência e o seu objeto. Assim, e além dos adjetivos que normalmente utilizam os economistas para elogiar ou criticar esta economia “mais científica”, entendemos que são estas as dimensões que caracterizariam a reivindicação da sua cientificidade. Em qualquer caso, o que, sim, se verifica ser consensual é que grande parte da relevância social da qual hoje desfruta a economia tem que ver com essa perceção de disciplina objetiva e, por conseguinte, científica; uma disciplina que requer um grau de perícia elevado e que, por esse motivo, não é imediatamente acessível para o leigo.

Essa relevância está relacionada também com a capacidade performativa da economia ou, sendo mais precisos, com a capacidade da ciência económica para moldar e formatar uma realidade económica que seria suposto só dever descrever ou explicar. Falar em performatividade implica admitir que o espaço entre a “realidade económica” e a “ciência económica” não é claramente discernível ou, numa versão extrema, que é simplesmente inexistente (Miller, 2005; Callon, 1998, 2006; Mackenzie, 2006). No entanto, esta performatividade não é um atributo inerente à ciência económica e, como tal, tem a sua origem e base social nas oportunidades de poder ao dispor dos economistas. Se a performatividade é explicada em termos de construção social da realidade, tal construção não tem que ver apenas com as dinâmicas de comunicação-negociação do sentido da realidade social. Neste caso, uma variável clássica e material como as oportunidades de poder também tem alguma palavra a dizer a este respeito. Por diferentes razões históricas, os economistas têm tido acesso aos principais centros de decisão – FMI, Banco Mundial, Bancos Centrais, governos, ministérios das Finanças, partidos políticos... – e, em consequência, oportunidades de poder preferenciais para ver concretizados os seus modelos intelectuais em decisões práticas de política económica. A força social das ideias dos economistas e o seu vínculo com a realidade efetiva é, pois, também uma questão de poder.¹¹

Isto tem aumentado a sua margem de manobra na definição de certas condições sociais como problemas de cariz essencialmente económico. A definição de uma dada condição-situação como socialmente problemática vem sempre acompanhada da sua diagnose e solução, sendo este um fenómeno razoavelmente bem estudado pela sociologia (Hilgartner e Bosk, 1988). Existe um mercado de potenciais problemas sociais embora só alguns obterão de facto o estatuto de problema

¹¹ Uma excelente exemplificação deste suposto é Klein (2009).

como tal. Este estatuto é o resultado de um processo de interação-negociação entre os atores envolvidos, sendo habitual que entre estes figurem as teóricas vítimas ou afetados pelo suposto problema exigindo compensação e reparação, ativistas, profissionais, jornalistas, grupos de pressão e, naturalmente, especialistas e expertos que, no nosso caso, seriam os economistas. Estes detêm, portanto, condições favoráveis nestas dinâmicas de definição, não só pela sua presença nos âmbitos de poder como também pela sua ligação com a comunicação social. Desta maneira, e no que diz respeito à crise, os economistas aparecem convertidos numa espécie de “donos do problema”: monopolizam a definição do mesmo e possuem, em virtude desse monopólio, graus diferenciais de controlo/influência sobre as políticas implementadas para o resolver.

Contudo, este panorama ficaria incompleto se não tivéssemos em conta um outro conjunto de considerações. Na verdade, a especialização do conhecimento não provoca só uma maior sofisticação e complexidade na compreensão daquilo que é estudado. A outra face da moeda é esta especialização produzir o paradoxo da ignorância, a saber: se o nível de exigência para aceder a uma dada área científica em termos de capital intelectual é cada vez mais elevado, o que aumenta paralelamente é o nível de iliteracia entre os que não fazem parte dessa área, ou porque não se integram em nenhuma ou porque estão situados numa outra diferente (Ungar, 2000). Se formos mais precisos, o que muda não é só a vertente quantitativa da ignorância: também a qualitativa, ou seja, a distribuição social dessa ignorância. Sob um pressuposto tradicional, essa clivagem entre o experto e o leigo viria a ser corrigida ou atenuada, ao menos hipoteticamente, pelas diversas iniciativas de divulgação científica, divulgação entendida como difusão do conhecimento adaptado à compreensão dos não-cientistas. Como tal, a divulgação é concebida como uma modalidade de ação educativa que pressupõe uma hierarquia cognitiva – o experto sabe mais do que o leigo – e um sentido unidirecional – transmissão do saber do experto ao leigo. Note-se que, sob esta perspetiva, a divulgação funciona também como um fator de demarcação entre “o que é” e “o que não é ciência”: juntamente com a difusão, reforça-se o estatuto diferenciado do experto (Felt, 2000: 267-273).

De novo, os textos-diagnóstico sobre a crise respondem, em diferente medida, a esta visão acerca da divulgação do conhecimento económico. Em termos globais, funcionam sob o pressuposto de que uma ciência económica, quando praticada pelos seus profissionais, tornar-se-ia inacessível para o não-iniciado e que, com o intuito de ser difundida, precisa de algum tipo de tradução. Este pressuposto aparece ligado a um outro não menos significativo: a divulgação do conhecimento económico fornece à cidadania uma ferramenta que aumentaria o seu nível de autoconsciência sobre a crise, que lhe permitiria saber “o que se passa” e que, por conseguinte, criaria as condições de possibilidade para um posicionamento bem fundamentado relativamente à atual conjuntura para, se for preciso, participar ativamente no debate económico que hoje tem lugar no seio da sociedade

portuguesa. Existe, pois, uma ligação direta ou indiretamente assumida entre estes textos-diagnóstico entendidos como produtos de divulgação, mas também como ferramentas cívicas. Uma outra questão, que não faz parte do propósito destas páginas, é saber se essa distinção entre expertos e leigos é teoricamente sustentável, se o sentido da divulgação é sempre unidirecional, se as audiências se comportam como recetoras passivas, se o leigo é uma espécie de “idiota cultural” que absorve acriticamente quanto procede dos sistemas expertos ou se a compreensão pública da ciência é fixada unilateralmente pelos especialistas. Sem querer avançar mais nesta direção, não será de mais afirmar que há boas razões para responder negativamente a todas estas questões (Wynne, 1996; Hillgartner, 1990).

Finalmente, é neste enquadramento de reivindicação-atribuição de legitimidade científica, preeminência do saber especializado, capacidade performativa, oportunidades de poder, monopolização das definições sociais dos problemas e divulgação do conhecimento baseado na dicotomia experto-leigo que deve ser colocado o fenómeno dos textos-diagnóstico sobre a crise. Estamos, pois, perante textos socialmente relevantes independentemente da sua dimensão quantitativa, ou seja, do seu número, do seu volume de vendas ou das suas reedições. Este é um argumento comumente empregue para ilustrar o seu impacto social quando, na realidade, é mais apropriado para avaliar a sua capacidade de ocupação da esfera pública. Para efeitos deste artigo, a relevância social tem que ver com uma outra capacidade: a de representar as modalidades de discurso existentes acerca da crise. E neste âmbito interessam fundamentalmente como aparelhos retóricos dirigidos à persuasão. De entre as estratégias retóricas que mobilizam com essa finalidade, há uma especialmente significativa ligada à mudança social. E é significativa já que, através dela, o autor expõe de forma manifesta a sua visão daquilo que aconteceu até chegarmos à situação atual, do que acontece hoje e do que pode acontecer em função das medidas que forem implementadas. Portanto, cada um destes autores utiliza uma fórmula sintética geral para abordar a mudança social da qual deriva um esquema narrativo – o que vai acontecendo –, didático – o que é que aprendemos com a narração – e analítico – o que é que torna explicável e inteligível a narração (Ramos, 1994). Sob uma perspetiva tradicional e positivista da ciência, a retórica não possui uma boa imagem, sendo superficialmente associada a técnicas formais de argumentação, truques verbais ou enfeites discursivos que nada teriam que ver com a verdade científica, unívoca e autoevidente e, por isso, sem necessidade de seduzir para convencer a audiência. No entanto, as “verdades” socialmente aceites dependem, e muito, da habilidade do discurso para captar apoios, da sua definição da situação, da sua presença no espaço público e, como não pode deixar de ser, do nível de convicção que são capazes de gerar. Não em vão, se há algo que é hoje pouco autoevidente são, sem dúvida, as “verdades” sobre a crise.

4. AS RETÓRICAS NOS DIAGNÓSTICOS SOBRE A CRISE

Em 1991, Albert O. Hirschman publicava *The Rethoric of Reaction*, uma análise dos tipos formais de argumentos que foram historicamente apresentados por posições conservadoras face às políticas que visavam a extensão dos direitos civis, políticos e sociais. Isto é, e de acordo com o título do seu primeiro capítulo, uma viagem por duzentos anos de retórica reacionária. Hirschman toma como referência inicial a clássica palestra de T. H. Marshall, “Citizenship and Social Class”, na qual é exposta a sequência temporal do desenvolvimento da cidadania no Ocidente.¹² Assim, a dimensão da cidadania desenvolver-se-ia durante o século XVIII com os avanços das liberdades individuais genéricas, tais como as de expressão e reunião ou o direito a uma justiça equitativa. O século XIX corresponderia à emergência e à consolidação da vertente política da cidadania mediante os direitos de participação no governo político, entre os quais se destaca o sufrágio. Por fim, a componente social da cidadania, relacionada com o direito à saúde, à educação e à proteção social, concretizar-se-ia ao longo do século XX. O que Hirschman faz é explorar a argumentação que foi apresentada contra a progressão da cidadania, e para isso reúne um ilustre elenco de autores – Edmund Burke, Alexis de Tocqueville, Joseph de Maistre, Gustave Le Bon, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Friedrich Hayek ou Samuel Huntington – e revisa episódios e debates históricos acerca das Leis de Pobres na Europa e das reformas conducentes ao sufrágio universal no Reino Unido, França e Alemanha. Nesta linha, deteta três retóricas fundamentais no pensamento conservador que se opôs àquela progressão:

a) *A tese da perversidade*. De acordo com esta, qualquer ação intencional dirigida à melhoria ou à correção de um dado aspeto político, social ou económico tem por resultado uma acentuação, um aumento ou um agravamento daquilo que tencionava ser melhorado ou corrigido. O facto de o resultado ser exatamente o contrário explicar-se-ia pela intervenção de fatores não previstos ou pela ativação de uma sequência de consequências imprevistas;

c) *A tese da futilidade*. Segundo esta, as tentativas de melhoria ou de correção nunca conseguem atingir o núcleo dos problemas políticos, sociais ou económicos; são tentativas superficiais que não melhoram ou corrigem estruturalmente o que foi definido como problemático. Assim, a tentativa de transformação é, sobretudo, uma empresa inútil;

d) *A tese do risco*. Com base nela, afirma-se que o custo associado de uma reforma é demasiado elevado, pois embora essa reforma possa ter alguns aspetos positivos, no seu conjunto

¹² A palestra de T. H. Marshall é de 1949. A mesma pode ser consultada na compilação de Shafir (1998) sobre os textos fundamentais acerca da questão da cidadania.

ameaça ou põe em risco alguma realização, instituição ou logro prévios bem valorizados pela sociedade.

Estas teses, como já foi apontado, não podem ser consideradas posicionamentos intrinsecamente conservadores ou, dito de um outro modo, não são propriedade exclusiva do pensamento conservador. As mesmas podem ser perfeitamente usadas por posições progressistas para atacar as políticas que os conservadores tencionam desenvolver quando estes ocupam o poder. É necessário, pois, ter em conta a partir de que ponto se fala no que toca à distribuição efetiva do poder já que, como veremos, a identificação *a priori* do posicionamento ideológico de quem as usa – conservador ou progressista – não é estritamente determinante na escolha de uma dada modalidade retórica. A análise das retóricas utilizadas pelos livros-diagnóstico na sua abordagem da crise é afim a um leque variado de estudos focados nos modos de argumentação habituais entre os economistas (McCloskey, 1985; Samuels, 1990; Gala e Rego, 2003); modos de argumentação baseados não só num hipotético estrito cumprimento da metodologia que prescreve a ciência económica como também na adoção de posições políticas ou de preferências éticas.¹³

4.1. Perversidade

A tese da perversidade é utilizada pelos autores para descrever e explicar certas políticas económicas implementadas no passado ou a serem implementadas hoje em Portugal. É uma tese dirigida contra àqueles que ocuparam ou ocupam cargos e centros de decisão. O contributo de Francisco Louçã e de muitos dos autores de *Portugal e a Europa em Crise* faz desta tese a pedra angular da sua argumentação. Álvaro Santos Pereira serve-se dela para ilustrar como Portugal chegou à presente conjuntura crítica, e António Nogueira Leite usa-a residualmente para dar conta de algumas medidas desenvolvidas pelos governos socialistas. Globalmente, a dita tese é formulada na sequência da avaliação de políticas que já foram concretizadas ou que se encontram em fase de aplicação. Avaliam-se, portanto, resultados concretos das mesmas que vêm contradizer o seu propósito inicial. Neste ponto, é importante não esquecer que esses resultados são exatamente os contrários dos pretendidos: não são simplesmente diferentes do objetivo original mas sim resultados antitéticos. A perversidade é essencialmente irónica; facto ilustrado pelos autores, advertindo sistematicamente que as coisas não correram como era suposto terem corrido.

¹³ O enfoque de Hirschman é também utilizado noutros domínios. Por exemplo, na análise das retóricas mobilizadas no debate sobre o multiculturalismo (Faúndez García, 2009), a governação de Lula da Silva no Brasil (Menezes, 2008), o racionalismo económico na Austrália (Burton e outros, 2001) ou a questão da sustentabilidade ambiental (Holden, 2010).

Para Francisco Louçã (2011), o objetivo das políticas de austeridade é “salvar a economia com a redução do salário” (*Idem*: 9). A recuperação da competitividade como via para o crescimento económico articula-se à volta da desvalorização salarial, acompanhada sinergicamente por outras medidas concebidas com uma finalidade similar: o aumento do IVA, do IRS e do preço dos serviços públicos. Em suma, “está decretada uma gigantesca operação de transferência de recursos do salário para o capital” (*Idem*: 10). O que temos, pois, é uma política intencional desenhada propositadamente para atingir um dado objetivo.

O saber que legitima e justifica esta política é aquele que o autor chama ironicamente “boa doutrina económica”; uma doutrina que defende a desvalorização salarial como única e possível solução técnica no caminho para a retoma da economia. Mas essa “boa doutrina” revestida de ciência “é uma impostura”, “é uma ideologia e a sua proposta é uma economia cruel” (*Idem*: 12). O que se apresenta como uma solução eminentemente técnica e científica não passa de uma solução ideológica, entendida a ideologia como o conhecimento sem fundamentação empírica cuja missão é proteger determinados interesses. Por esse motivo, nunca reconhece a sua refutação sistemática pelos factos ou pelas evidências.

A partir daqui, identificados o objetivo das políticas de austeridade – a recuperação económica pela desvalorização salarial – e a ferramenta de legitimação – um saber ideológico que adota o formato de teoria económica –, Louçã procede à ilustração dos efeitos perversos das medidas executadas no país. E assim, relativamente à aplicação daquela “boa doutrina económica”, o resultado

[...] é o que se tem visto: a libertação dos mercados conduziu a monopólios que distorcem os preços, a liberdade de circulação de capitais produziu os *offshores* como paraísos do crime organizado e a desregulação financeira o mundo paralelo dos derivados e do *subprime* (*Idem*: 47).

Agora, já de uma forma mais específica, o autor aborda diretamente a questão da desvalorização salarial, um princípio que “obtem resultados contrários aos que anuncia” (*Idem*: 50). E são contrários porque tal desvalorização não resolve o problema da competitividade, mas, antes, contribui para o seu agravamento:

[...] cria uma economia especializada em produtos de pouco valor acrescentado – os que correspondem a uma produção com salários baixos – e portanto cada vez menos competitiva (*Idem*: 57).

Por acréscimo, quem defende as políticas de redução dos salários não tem em conta o efeito agregado e também perverso desta medida. Se para uma empresa é útil pagar menos aos seus trabalhadores, essa utilidade manter-se-á desde que as restantes empresas não façam o mesmo. Quando o fizerem, o rendimento disponível para consumo diminui e as empresas perdem potenciais

compradores. A partir daqui, a sequência é bem conhecida: se não houver compradores, não há vendas; se não houver vendas, não se podem pagar os salários, e se não se puderem pagar, haverá despedimentos e aumentará o desemprego. Procurar por esta via a recuperação da economia é, paradoxalmente, uma das maneiras mais efetivas para a afundar:

[...] a teoria da redução dos salários ignora as consequências imediatas: a diminuição da procura dirigida às empresas pequenas e médias, que são as que criam mais emprego em Portugal. Não há outra forma de o dizer: a redução dos salários destrói a economia (*Idem*: 73).¹⁴

A questão que se coloca a seguir parece óbvia: se os resultados das políticas de desvalorização são, em última instância, perversos, por que é que os seus promotores continuam a insistir nelas? Louçã responde abertamente do modo seguinte:

A resposta é, mais uma vez, a força da ideologia situacionista. Pura e simplesmente, a ideia de uma solução liberal tornou-se consensual nos círculos dominantes de poder (*Idem*: 60).

A persistência das políticas perversas explica-se em função de uma teoria económica ideológica que as prescreve sob a aparência de um conhecimento técnico-científico. Esta teoria, assente em “dogmas” (*Idem*: 39), é, sobretudo, “uma engenharia social tão utópica quanto irrealista” (*Idem*: 39), “uma burla” (*Idem*: 47), “uma impostura” (*Idem*: 48), “um embuste” (*Idem*: 49); uma teoria “insensata ou mesmo absurda” (*Idem*: 65). No entanto, e embora os factos a desmintam, mantém-se “[...] porque é inconveniente abandonar essa teoria” ou “porque cumpre objetivos sociais” (*Idem*: 65). É o véu da ideologia, é esta cegueira ideológica a que impede ver a realidade desses factos. Estamos perante políticas intencionais cujos promotores fomentam sem atender às evidências que ratificam o seu efeito perverso.

A intencionalidade que Louçã denuncia é também subscrita pelos autores de *Portugal e a Europa em Crise*. João Rodrigues (2011) cita um relatório da proposta do Orçamento do Estado para 2011 como exemplo do carácter programado da desvalorização salarial:

Em Portugal, a evolução dos salários da função pública é um dos mais importantes fatores de influência nas negociações salariais do setor privado. A redução dos salários não poderá deixar de ter um forte efeito na moderação salarial no setor privado (*Idem*: 157).

De seguida, recupera as palavras do ministro das Finanças da altura, Fernando Teixeira dos Santos, quando afirmava que uma diminuição dos salários do setor privado “reforçaria a competitividade” (*Idem*: 157). Juntamente com a intencionalidade convive também a ideologia na sua manifestação mais evidente – “[...] um discurso moralista sobre as finanças públicas que [...]”

¹⁴ Um outro exemplo significativo da lógica da perversidade, embora não diretamente relacionado com a desvalorização salarial, é o designado como “Efeito Jackpot”, que Louçã trata nas páginas 163-164.

trata os défices como o resultado do despesismo de um governo que não se comporta como uma boa família” – até atingir, de novo, esse ponto no qual uma sorte de ignorância fingida evita contabilizar “os efeitos perversos da austeridade” (*Idem*: 159). Como já vimos com Louçã, os promotores da desvalorização salarial invocam um tipo de teoria económica elementar para justificar a sua aposta: no contexto do euro e eliminada a possibilidade de desvalorizar a própria moeda, restaria apenas desvalorizar os salários para o país ganhar competitividade.¹⁵ No entanto, um exercício análogo de economia elementar é desenvolvido por Ricardo Paes Mamede (2011) para ilustrar a debilidade da resposta europeia à crise, derivada “em parte da ideologia liberal-conservadora que continua a orientar a grande maioria dos responsáveis políticos europeus, não obstante o falhanço deste sistema de pensamento que a presente crise evidencia” (*Idem*: 88). Mediante este exercício elementar poderemos observar como o aprofundamento da crise virá das políticas desenhadas para a combater. Mamede constata as limitações que oferece o Orçamento do Estado nos países mais vulneráveis como instrumento de combate à crise. Por este motivo

[...] é de esperar que aumente a tentação dos governantes no sentido de procurarem estimular a produção nacional através da contenção dos salários e/ou reduzindo os impostos e as taxas contributivas pagas pelas empresas (*Idem*: 87).

Apesar disso, “há fortes probabilidades de que tais medidas contribuam mais para aprofundar a crise do que para a atenuar” (*Idem*: 88). A partir deste ponto, a sequência é, de novo, bem conhecida: baixar os salários reduz a procura com a conseguinte dificuldade para vender a produção enquanto os Estados experimentam dificuldades pela queda da receita fiscal e não conseguem compensar a redução do consumo e do investimento privado. Quando todos os países fazem o mesmo, o resultado é “a redução geral dos preços sem impactos na competitividade e uma redução da procura global” (*Idem*: 88).

Um outro autor que se vale da tese da perversidade é Álvaro Santos Pereira, embora com uma orientação manifestamente diferente da de Francisco Louçã, João Rodrigues ou Ricardo Paes Mamede. Neste caso, o alvo não são as atuais políticas de austeridade mas sim as políticas desenvolvidas em Portugal durante, aproximadamente, os últimos 15 anos. Para Santos Pereira, o grande protagonista, executante e beneficiário das mesmas tem sido o Estado. É o Estado que declara ser seu objetivo o avanço da economia nacional constituindo o investimento público a via prioritária para tal. Não obstante, esse investimento tornou-se despesismo até levar a que o próprio Estado seja hoje a razão principal que explica o afundamento da economia portuguesa. O investimento público

¹⁵ A exposição da mesma através da crítica de Louçã às posições de Henrique Medina Carreira, António Nogueira Leite e Victor Bento pode ser acompanhada nas páginas 25-33.

teve “[...] um efeito cada vez mais diminuto no crescimento da economia nacional, até que chegamos a um ponto em que essa política começou originar efeitos perversos na própria economia” (Pereira, 2011: 139).

Mas como é que teve lugar a transformação do efeito positivo do investimento público – desde os anos 1960 até aos 1990, assinala o autor – num efeito perverso? A resposta é tripla:

a) As grandes obras públicas absorveram o crédito que eventualmente poderia ter sido destinado ao setor privado;

b) O endividamento do Estado não deixou de aumentar, o que levou à exigência de taxas de juro superiores por parte dos prestamistas, o que, por arrasto, também aconteceu com as taxas exigidas aos privados;

c) Por parte do Estado foram aplicadas leis e medidas que favoreciam interesses e privilégios particulares em troca de apoios partidários e eleitorais.

Santos Pereira resume estas ideias do modo seguinte:

[...] ao favorecer descarada ou implicitamente determinados grupos económicos, ao promover ligações perigosas entre o poder e certos grupos empresariais, ao restringir o crédito disponível para os particulares e os investidores por via do despesismo exagerado e ao afetar o *rating* da República com o seu crescente endividamento, o nosso Estado está literalmente a matar a economia nacional (*Idem*: 146).

Quem identifica o autor como promotores dessas políticas? Os responsáveis políticos do país durante os últimos 10-15 anos. Se para Louçã a promoção de políticas económicas perversas era explicada de acordo com a metáfora da cegueira ideológica, para Santos Pereira é uma questão de irresponsabilidade por parte dos teóricos responsáveis; uma irresponsabilidade de “proporções épicas” própria de governantes embarcados numa “fúria despesista” com o intuito de deixar “obra feita” mediante a “política de betão” (*Idem*: 26).

A retórica da perversidade volta a emergir na abordagem do desemprego e da precariedade laboral. Aqui, a irresponsabilidade provém “da fábula dogmática e ideológica dos direitos adquiridos” (*Idem*: 207). Em nome desses direitos adquiridos, “de que os sindicatos e os partidos mais à esquerda tanto gostam de se vangloriar” (*Idem*: 206), são propostas políticas que, paradoxalmente, lastram a competitividade, penalizam a criação de emprego e alimentam a precariedade. Ou, pelas palavras do autor, “os direitos adquiridos não só contribuem para o crescimento do desemprego, como também são a principal razão da precariedade do emprego” (*Idem*: 207). As leis laborais, com a sua exagerada proteção do trabalhador efetivo – “[...] despedir um trabalhador em Portugal é uma tarefa hercúlea, quase impossível” (*Idem*: 216) –, não estão preparadas para competir com outras legislações mais flexíveis, “[...] para além de serem a principal

fonte da nossa elevada precariedade laboral” (*Idem*: 216). À irresponsabilidade despesista junta-se uma sorte de cegueira ideológica que impede sindicatos e formações de esquerda de reconhecer a intrínseca perversidade dos “direitos adquiridos” assim como os danos que provocam na economia nacional.

Nesta crítica à esquerda, encontramos também António Nogueira Leite (2010), que esgrime o argumento da perversidade para analisar as políticas de desvalorização do escudo e de investimento público. Embora, como veremos mais à frente, Nogueira Leite seja um autor mais identificado com a tese da futilidade, aporta também o seu contributo no domínio dos resultados perversos.

Relativamente à questão da desvalorização, o autor recupera o “episódio de ajustamento” de 1983 para ilustrar a perversidade de uma política promovida pelo Partido Socialista; uma política que lesou a sua base principal de apoio. Naquela altura, a desvalorização do escudo trouxe consigo um aumento das exportações e uma queda das importações, aumentaram os salários nominais mas também a inflação, sendo que, por este motivo, os salários reais diminuíram abruptamente. Cresceu o desemprego, mas em 1985 o equilíbrio macroeconómico estava de novo garantido. Nogueira Leite resume o processo assim:

Houve uma transferência brutal do fator trabalho para o fator capital. Ou seja, tirou-se às famílias e deu-se mais às empresas. Isto foi permitido por um governo controlado pelo Partido Socialista (*Idem*: 80).

Para o autor, o exemplo da desvalorização e o seu efeito perverso sobre aqueles que o Partido Socialista diz, teoricamente, proteger é só uma amostra de uma tendência mais geral, segundo a qual há políticas de esquerda que favorecem o capital e penalizam os trabalhadores. Como tal, o investimento público promovido por tais políticas acaba sempre mediante uma concatenação de fatores, por gerar um resultado contrário ao desejado. A sequência descrita por Nogueira Leite é a seguinte:

Uma postura despesista, de investimento cego em infraestruturas sem efeitos reprodutivos e de concentração excessiva nos bens não transacionáveis gera grandes desequilíbrios externos e provocará, no final, uma transferência enorme de recursos do fator trabalho para o fator capital. É irónico que sejam muitas vezes as políticas de esquerda aquelas que acabam por gerar as maiores transferências de rendimento dos trabalhadores para as empresas e para os donos destas (*Idem*: 82).

Até aqui foram tratadas diferentes manifestações da lógica da perversidade. Esta não é mais do que uma variação específica de um tema clássico no campo das ciências sociais, e, mais concretamente, no domínio da sociologia: a correspondência entre as ações humanas e os seus resultados ou, dito de uma outra forma, a questão das consequências não intencionais da ação intencional como esquema explicativo da mudança social. O pressuposto subjacente deste esquema

considera que os fenómenos sociais são produzidos pela ação humana, embora a sua complexificação e os seus resultados fiquem além da sua intencionalidade (Cristiano, 2011). A tese da perversidade indica que esses resultados são opostos aos pretendidos, tal como foi exemplificado pelos nossos autores. Apesar de os alvos das suas análises e críticas serem diferentes, partilham a mesma retórica argumentativa, facto que tem diversas implicações:

a) Quer seja por causa da cegueira ideológica quer seja por causa de uma persistente irresponsabilidade, os efeitos perversos das políticas que foram objeto de análise parecem nunca ter tido uma influência pedagógica positiva sobre os seus promotores. Estes, de acordo com a argumentação dos autores, aprenderam e aprendem pouco ou nada com a sucessão e constatação desses efeitos. A história passada ou presente e as lições que dela derivam não cumprem esse papel que comumente lhes é atribuído, a saber, o de *magistra vitae* através da qual os erros podem ser conhecidos para evitar a sua repetição;

b) Os autores que abraçam a retórica da perversidade partilham também a sua componente irónica. Essa ironia manifesta-se num conjunto de factos que burlam sistematicamente a intenção original de determinadas políticas económicas. Na sua qualidade de economistas e cientistas sociais, não são alheios à longa tradição que, no seio do pensamento, faz da mudança social ou dos fenómenos sociais processos ou acontecimentos incoerentes relativamente às intenções que estiveram por detrás deles (Schneider, 2012). Nesta tradição, a ironia está presente em esquemas explicativos perfeitamente conhecidos: na emergência das virtudes públicas a partir dos vícios privados, de acordo com Mandeville; em Weber, para quem a ética protestante que visa a recriação terrena do paraíso contribui para um sistema económico, o capitalismo, essencialmente mecanicista, instrumental e desprovido de qualquer pretensão de transcendência espiritual; em Merton e na sua abordagem da conduta desviante como adaptação criativa aos requisitos que impõe uma virtude tão americana como a ambição; ou na Teoria da Etiquetagem Social, que revela como os agentes e os sistemas de controlo estão ativamente envolvidos no processo de produção de comportamentos desviantes. Por fim, e analogamente, Louçã, Santos Pereira ou Nogueira Leite identificam aqueles que, querendo melhorar a situação económica de Portugal, contribuem com a sua atuação para a degradar;

c) Se para Louçã e para os autores de *Portugal e a Europa em Crise* é a cegueira ideológica liberal a responsável da situação crítica do país, para Santos Pereira ou Nogueira Leite é a cegueira ideológica da esquerda a razão do pobre desempenho económico de Portugal. Se de um lado pesa uma acusação, a mesma pesa sobre o outro. O debate entra assim no terreno da culpa recíproca, do *tu quoque*, desse “tu também” com que é denunciado o mesmo erro que é atribuído ao denunciante. Neste ponto, o fator ideologia apresenta um duplo significado: por um lado, tratar-se-ia de uma

representação falsa da realidade imputada ao nosso interlocutor; por outro lado, afirma a pretensão de quem julga como supostamente livre dos condicionamentos que é capaz de detetar no pensamento do oponente. Ou pelas palavras de Paul Ricoeur (2001: 281), “a ideologia é o pensamento do meu adversário; é o pensamento do outro. Ele não o sabe, mas eu sim”. Encontramo-nos, explicativamente, num beco sem saída: se qualquer exercício de compreensão da realidade económica é condicionado pela ideologia e os autores assumem que o lastro ideológico corresponde apenas ao adversário intelectual, como ultrapassamos, na nossa qualidade de leitores críticos, a problemática colocada pelo *tu quoque*?¹⁶

4.2. Futilidade

A tese da futilidade transmite uma visão das mudanças como não sendo realmente mudanças. Refere transformações de fachada, mutações superficiais que não colocam em questão o núcleo essencial do problema que uma dada política tenciona resolver. Descreve alterações insubstanciais e até triviais nos seus efeitos e postula, direta ou indiretamente, a persistência inabalável de certas condições sociais estruturais inalteradas. Entre os nossos autores, é António Nogueira Leite quem se serve dela, quantitativamente com maior frequência, e qualitativamente com maior profundidade. No entanto, começaremos com Álvaro Santos Pereira, que efetua um esboço da mesma na parte final do seu livro e que pode constituir uma primeira aproximação ao tema antes de entrarmos na argumentação, mais abrangente e totalizadora, de Nogueira Leite.

Para Santos Pereira (2011), Portugal “tem sido propenso a embarcar nas ilusões das quimeras e das receitas mágicas” (*Idem*: 523); quimeras e receitas mágicas apresentadas “[...] sob o manto das chamadas reformas estruturais” (*Idem*: 519). Ao falar nestes termos, o autor vai identificar um conjunto de medidas que, apresentadas como a panaceia para algumas das mais notáveis deficiências do país, não passaram de simples ilusões nos seus hipotéticos efeitos transformadores: as nacionalizações não criaram mais emprego nem aumentaram a produtividade, os fundos estruturais da UE geraram um desenvolvimento muito duvidoso e a entrada no euro foi realizada sem nenhum ajustamento estrutural. Mas o autor não fica por aqui: denuncia também a quimera da aposta desenfreada no investimento público e antecipa mesmo a ressurreição de mais uma, desta vez a regionalização (*Idem*: 518-523). A quimera das reformas estruturais, pelo facto de estar mais próxima do truque do prestidigitador do que de uma política económica vigorosa, não altera as estruturas que teoricamente viria modificar. Contudo, Santos Pereira não explica o motivo dessa

¹⁶ Para uma proposta de superação deste dilema, Ricoeur (2001).

propensão para acreditar em receitas mágicas, facto para o qual Nogueira Leite, sim, tem uma resposta.

Para Nogueira Leite (2010), a lógica da futilidade descreveria adequadamente dois fenómenos vitais para perceber a situação na qual se encontra Portugal: a reforma do Estado e a liberalização da economia. Para o autor, como é previsível, quanto foi feito nestes dois domínios foi perfeitamente fútil, o que implica necessariamente que ainda hoje estaria tudo por fazer. Relativamente à necessidade de reforma do Estado e ao sentido dessas reformas, “[...] já muita gente entre as elites – não toda, nem sequer a maioria” (*Idem*: 29), concorda no carácter quase imperativo de realizar reformas “mas no concreto encontra sempre ótimas razões para não as fazer. Ou para fazer uma reforma tão travestida que acaba por não ter qualquer impacto” (*Idem*: 29). Mas qual é a razão destas reformas exclusivamente cosméticas?

Para Nogueira Leite, há muitas pessoas que concordam com o princípio do utilizador-pagador, que julgam excessivo o tamanho do setor público ou que são contra o desperdício negligente dos recursos públicos; pessoas que “têm um discurso liberal” nestes temas mas que na sua qualidade de funcionários, pensionistas ou empresas apenas o mantêm desde que “[...] não se aplique ao seu caso concreto” (*Idem*: 29) ou não forem obrigados a abdicarem “dos seus benefícios, os seus famosos direitos adquiridos” (*Idem*: 30). O autor entende que esta contradição faz parte de uma “idiossincrasia portuguesa” que qualifica como “hipócrita” (*Idem*: 30). Nogueira Leite enuncia uma forma de naturalização da hipocrisia portuguesa relacionando esta com a futilidade de umas reformas que nunca reformaram nada: “Queremos que funcione bem desde que naquilo que nos toca tudo permaneça na mesma” (*Idem*: 30). Aparecem, de novo, os direitos adquiridos entendidos como privilégios dos quais ninguém quer prescindir, o que leva a uma crítica do Estado que deixa de ser real quando o interesse próprio se vê ameaçado. Como tal, os portugueses aparecem caracterizados como personagens lampedusianas¹⁷ sustentadoras de um discurso reformista de fachada, e, por isso, hipócrita no conteúdo: “Em Portugal toda a gente se proclama contra o *status [sic] quo*, mas quando há uma mudança toda a gente quer repor o *status [sic] quo*” (*Idem*: 125). Em suma, as reformas

[...] têm que ter uma profundidade que não tem acontecido. E aí devo dizer que todo o espectro político português, no concreto, não tem tido um verdadeiro discurso reformista (*Idem*: 59).

No que diz respeito à liberalização económica, esta “falhou, foi muito lenta” (*Idem*: 105). E falhou porque não alterou, no essencial, a visão da opinião pública, “[...] ainda de acordo que o

¹⁷ Utilizamos muito livremente o adjetivo “lampedusianas” para referir a obra *O Leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, e, mais especificamente, aquela que é talvez a sua frase mais célebre, a pronunciada pelo Príncipe de Falconeri: “Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude.” Uma outra opção para designar o mesmo fenómeno teria sido utilizar o nome da obra para criar o adjetivo “leopardismo”.

Governo intervenha em empresas, por serem antigas empresas de bandeira, onde já não tem expressão como acionista” (*Idem*: 105). Essa cultura nacional, que teria os seus antecedentes na monarquia e na Primeira República, e a sua continuidade durante o Estado Novo, chega até hoje. Portugal não teve nos últimos 30 anos “grupos empresariais financeiramente muito fortes” e a presença do Estado continuou a ser dominante. Como tal, essa componente cultural, que é historicamente construída mas que possui uma natureza estrutural, não foi modificada pelas reformas que visavam a liberalização económica.

A partir da retórica da futilidade, Nogueira Leite deduz a inevitabilidade de certas medidas como consequência de não terem sido aplicadas nos seus termos reais, ou de terem sido aplicadas sem a contundência necessária. O facto de não ter sido feito o essencial significa que hoje deve ser feito, tanto decidindo internamente o país como o fazer – “[...] ainda temos alguma margem de manobra”(*Idem*: 30) – como “sob forte condicionamento externo”(*Idem*: 30). Na argumentação de Nogueira Leite, a futilidade e a inevitabilidade encontram-se indissociavelmente ligadas. O inevitável é aqui “[...] um longo e duro ajustamento real, a começar de imediato” (*Idem*: 205). Por outras palavras, “Portugal vai ter de empobrecer no curto prazo” (*Idem*: 205). Eis as consequências das “reformas travestidas de reformas”, da “criação de um estado tentacular e muito mais caro do que aquilo que poderemos pagar”, do falhanço da liberalização com o consequente “gravíssimo problema de competitividade internacional”, da recusa à renúncia dos direitos adquiridos e do facto de viver “acima das nossas posses” num “período de falsa abundância”. Chegou o momento do sacrifício, das “duríssimas provações” e, obviamente, das “mudanças muito profundas” (*Idem*: 206). A própria inevitabilidade estende-se aos condutores deste processo de ajustamento incontornável, condutores que necessariamente terão de vir da direita política: “Vai ter que ser. Primeiro porque não temos alternativa, e depois porque é o melhor para Portugal” (*Idem*: 39).

Em suma, as reformas que foram lançadas nunca conseguiram atingir as estruturas e ficaram pela superfície dos problemas. Essa incapacidade para a transformação estrutural prende-se com uma defesa do *statu quo* sempre que as propostas reformistas ameacem interesses pessoais ou corporativos consolidados. Desta maneira, a mudança é só um artifício que permite que tudo fique na mesma: “Não fizemos nada do que tínhamos de fazer no essencial” (*Idem*: 204). Contudo, não podemos esquecer que é a futilidade das reformas que impõe a inevitabilidade do ajustamento: “Tem que haver uma rutura total. E temos que partir, recomeçar, reconstruir a partir de uma folha em branco” (*Idem*: 54).

4.3. Risco

A tese do risco fala-nos nas potencialidades positivas de determinadas medidas que, contudo, põem em risco alguma situação prévia avaliada, em termos gerais, favoravelmente. As novas medidas não são consideradas intrinsecamente negativas, mas o preço que a sociedade teria de pagar por elas é demasiado elevado, e, por isso, seria temerário proceder à sua aplicação. A questão que melhor ilustra o desenvolvimento por parte dos autores da tese do risco está relacionada com a hipotética saída de Portugal do euro: o regresso do escudo, embora trouxesse algumas vantagens, provocaria problemas maiores do que aqueles que tencionava resolver. Nesta questão, existe acordo entre Louçã, Santos Pereira e Nogueira Leite.

Quer Louçã quer Santos Pereira associam as vantagens da saída com a recuperação da autonomia da política monetária e com a possibilidade da desvalorização da moeda como forma de tornar as exportações portuguesas mais competitivas. Neste ponto, os seus diagnósticos coincidem. A recuperação da crise efetuar-se-ia mediante o aumento da capacidade exportadora e a substituição das importações. No entanto, as desvantagens de uma solução desta natureza são muitas e, outra vez, o diagnóstico é similar: aumentariam os juros exigidos a Portugal pelo seu financiamento e o *rating* da República seria penalizado, incrementar-se-iam as dificuldades para o pagamento da dívida e pôr-se-ia em perigo a solidariedade e os apoios europeus. Para Louçã, o poder de compra interno degradar-se-ia e o rendimento disponível das famílias sofreria uma queda de 15%-20%. As exportações, na sua opinião, nunca teriam a capacidade por si próprias de compensar o efeito negativo da contração da procura interna e, no final, o país entraria em depressão. Para Santos Pereira, seria enganoso um aumento das exportações baseado exclusivamente na desvalorização cambial e não num aumento da produtividade. Assim, é mais o que se arrisca do que o que é esperado obter:

Se é verdade que poderiam advir algumas vantagens de uma saída do Euro, no cenário atual elas seriam mais transitórias e aparentes do que reais. Não resolveríamos os problemas estruturais da economia portuguesa e não ganharíamos muito com uma eventual independência da política monetária (Pereira, 2011: 350).

Pelo seu lado, Louçã (2011: 97-98) adota uma posição análoga:

[...] o custo dessa opção [desvalorização competitiva mediante a saída do euro] em juros mais altos e degradação do poder de compra interno não poderia ser compensado pelo aumento das exportações, [...] o resultado geral seria uma recessão imediata e depois prolongada. [...] Em suma, esta solução

conduziria sempre a uma depressão, [...] o problema é estrutural e [é] pela estrutura que tem de ser corrigido.

Nogueira Leite não fornece uma explicação tão pormenorizada como as anteriores, mas isso não o impede de avaliar globalmente uma hipotética saída do euro: “Se tal acontecesse, gerar-se-ia de imediato uma perda de riqueza brutal e o país só sobreviveria com forte ajuda internacional” (Leite, 2010: 117). Tendo em conta que a dívida bruta em euros é três vezes o PIB do país, juntamente com a perda de valor dos ativos portugueses derivada da desvalorização cambial adviria “um desequilíbrio de enorme dimensão, absolutamente inoportável” (*Idem*: 117). Para os três, abandonar a moeda única é inviável pelas consequências que traria consigo. Por acréscimo, é significativo constatar na argumentação de Santos Pereira e de Louçã como a tese do risco desliza para o terreno da futilidade quando afirmam que a volta do escudo não resolveria os problemas estruturais da economia portuguesa. Outra vez, uma medida específica – a desvalorização cambial – alteraria só os aspetos superficiais do problema sem atingir a estrutura profunda dos mesmos. Além do risco que seria assumido, a iniciativa resultaria infrutuosa, pois não modificaria o que é determinante: a desigualdade, a produtividade, o endividamento e o défice fiscal em Louçã (2011: 98-116) ou a crónica baixa produtividade nacional em Santos Pereira (2011: 357).

5. CONCLUSÃO

“Há um dever cívico de vários de nós, economistas, de explicar isso [os problemas económicos de Portugal] às pessoas”, afirma Nogueira Leite (2010: 202). “[...] É absolutamente imperioso perceber o que está mal em Portugal para que possamos atacar os problemas com eficácia e determinação”, diz Santos Pereira (2011: 16). Pela sua parte, Louçã, com o intuito de promover “uma revolução cidadã que democratize a economia”, assinala que esta deve começar “pela compreensão da economia” e para isso o seu livro pode “ajudar o leitor e a leitora [a] afirmarem a sua própria opinião informada” (Louçã, 2011: 18). Finalmente, a compilação *Portugal e a Europa em Crise* declara já desde o seu subtítulo na capa, *Para Acabar com a Economia da Austeridade*, a pretensão da “descoberta de alternativas a um *statu quo* inviável” refletindo a pluralidade do pensamento económico nas esquerdas.

O que é que têm em comum estas afirmações? Em primeiro lugar, os autores fazem sua a missão de explicar a presente conjuntura do país com recurso ao conhecimento que fornece a ciência económica; ciência devidamente adaptada a um público interessado nestas questões mas não obrigatoriamente especializado. E em segundo lugar, assumem o seu contributo como uma tarefa

cívica no sentido de esclarecer, informar e disponibilizar recursos intelectuais que permitam aos leitores interpretar a realidade económica portuguesa. Eis, portanto, o que os autores dizem que fazem. Restaria saber, se me for permitida a expressão, o que fazem mas não dizem.

A expressão “o que fazem mas não dizem” não deve ser entendida em termos conspirativos ou como um indício de intenções ocultas que os autores não manifestam abertamente por quaisquer razões. Na realidade, a expressão refere a possibilidade de efetuar uma leitura do significado social destes livros-diagnóstico para além daquelas que são as intenções explícitas dos seus autores. Sendo assim, quais são as conclusões que podemos tirar da leitura dos mesmos?

A mais evidente tem que ver com a existência de divergências entre os economistas que aqui foram convocados. Perante uma visão da ciência económica que, em muitas ocasiões, é apresentada em termos de disciplina homogénea e unívoca assente em princípios solidamente fundamentados e cientificamente legitimados, o que constatamos é a presença de visões plurais e heterogéneas, mesmo antagónicas ou, no mínimo, em confronto teórico; circunstância que se aproxima mais do estatuto da economia como ciência social aberta a olhares múltiplos.¹⁸ Apesar de isto parecer uma obviedade, é útil relembra-lo tendo em conta que, amiúde, os economistas são chamados a opinar ou resolver problemas em virtude de uma muito discutível qualidade de peritos técnicos que determinam soluções igualmente técnicas baseadas na cientificidade da economia.

Mas aprofundemos esta questão. Para isso talvez fosse útil recuperar a ilustrativa classificação que fez Pierre Vilar (1977) sobre a relação entre os historiadores e o conhecimento da verdade; classificação perfeitamente aplicável ao grémio das ciências sociais e, mais especificamente, ao caso que nos ocupa, os economistas. Em primeiro lugar, teríamos o economista que se autointitula “objetivo” quando se sabe a si próprio realmente “partidário”, ou por palavras de Vilar, o “desonesto”. A seguir, aparece aquele que se julga convictamente “objetivo” quando, na realidade, é “partidário”, isto é, o “néscio”. Finalmente, está quem declara abertamente qual é a sua posição e acredita que uma análise solidamente fundamentada é a melhor maneira de confirmar o seu posicionamento, ou seja, o “honesto”. De acordo com esta classificação, podemos ainda afirmar que os livros-diagnóstico transmitem apenas ciência económica, mesmo num registo divulgativo, ou há mais alguma coisa? Louçã e os autores do volume *Portugal e a Europa em Crise* encaixam na categoria dos honestos: posicionam-se à esquerda, declaram qual o seu ponto de partida e desenvolvem a sua argumentação.¹⁹ Nogueira Leite também faz parte desta categoria: o seu

¹⁸ Neste sentido é extremamente relevante a leitura de Reis (2012).

¹⁹ Em Reis e Rodrigues (2011) encontramos uma declaração explícita de intenções por parte dos autores que integram a compilação *Portugal e a Europa em Crise*. No caso de Francisco Louçã, o capítulo 5 (“A emergência de uma política socialista”) é um excelente exemplo do seu posicionamento.

posicionamento declarado é liberal e a partir daí constrói a sua análise.²⁰ No entanto, o caso de Santos Pereira não é tão claro.

De acordo com as suas próprias palavras, “ninguém tem o monopólio das respostas certas à crise da economia nacional” (Pereira, 2010: 22), o que inicialmente abre a possibilidade de considerar outras possíveis “respostas certas” suscetíveis de serem confrontadas umas com as outras. Mas, de seguida, acrescenta:

Porém, tendo em conta o estado da teoria económica presente, bem como a história económica portuguesa e internacional, as propostas apresentadas nesta obra são as que provavelmente oferecem mais garantias de que Portugal consiga finalmente emergir da crise em que submergiu (*Idem*: 28).

O “estado da teoria económica presente” não esclarece se essa teoria designa, em termos genéricos, o amplo e variado corpo de teorias que povoam a ciência económica ou se há exclusivamente uma modalidade teórica que possa ser considerada “teoria económica”. De seguida, oferece-se uma sorte de “garantia de sucesso” proporcionada por aquela “teoria económica”. Mas qual é a teoria ou as teorias que inspiram ou enquadram a análise do autor? Santos Pereira não responde à questão: tão-só sabemos que são as mais adequadas para diagnosticar e resolver a crise portuguesa. Não é o propósito deste trabalho qualificar essa(s) teoria(s) nem associá-la(s) com uma dada escola ou tradição do pensamento económico. O que, sim, podemos fazer é situar o autor, de acordo com o esquema de Vilar, entre a necessidade e a desonestidade à espera de uma exegese mais fina que permitisse a confirmação ou a refutação deste enquadramento.

Em suma, o que se quer assinalar é a existência nestes livros-diagnóstico de conteúdos que vão muito além da simples transmissão e divulgação de conhecimento económico. Estamos perante discursos sociais, o que deve levar-nos a problematizar qualquer tipo de atribuição de uma suposta objetividade-verdade aos conteúdos destes livros. Como discursos sociais, efetuam uma mediação entre a realidade social e o seu conhecimento, entre os factos e a sua representação, podendo, em muitos casos, adquirir uma capacidade construtiva dessa própria realidade; adquirir a capacidade de definir socialmente o que é ou não problemático. Na sua qualidade de discursos, são concebidos com a intenção de persuadir e, para isso, mobilizam retóricas argumentativas como as que foram analisadas. Isto é, mediante tais esquemas retóricos acedemos a um tipo de conhecimento mediado por especialistas que conceptualizam o desenvolvimento dos factos económicos: o que aconteceu e o que acontece, o que pode vir a acontecer, os fatores que intervêm nesse acontecer e o que podemos aprender com o acontecido.

²⁰ A contracapa do livro diz, literalmente, “numa perspetiva liberal e independente”. Sobre o liberalismo, encontramos exemplos significativos nas páginas 38-39.

Nessas retóricas argumentativas encontramos, implícita ou explicitamente, diferentes elementos metafóricos. As metáforas fazem parte do discurso acerca da economia e são utilizadas pelos autores para pensar e conceptualizar a realidade socioeconómica, ou seja, a sua utilização vai além do recurso às mesmas com uma finalidade estilística ou estética. Em suma, usam-se porque possuem um notável valor cognitivo.²¹ Graças a elas, os autores categorizam a realidade e permitem a acessibilidade a uma ciência económica tida como um saber complexo indecifrável para o leigo.

Nas teses que foram analisadas, os autores associam as medidas, reformas e políticas aos seus correspondentes promotores, aos quais atribuem uma motivação que explicaria o seu comportamento. Esta motivação serve-lhes para esboçar um tipo humano, um arquétipo em termos metafóricos, que define na sua essência e nos seus fundamentos as características desses promotores. Portanto, como é que se explica a obstinação daqueles que insistem na aplicação de políticas que só geram resultados perversos? Porque é que não corrigem a sua conduta à luz das evidências e dos factos? Porque são “cegos ideológicos” na versão de Louçã ou dos autores de *Portugal e a Europa em Crise*, ou “despesistas irresponsáveis” na de Santos Pereira? Porque é que ninguém repara na superficialidade das reformas feitas em Portugal? Porque é que é dito que foram realizadas reformas quando na realidade nada mudou? Porque estamos perante “hipócritas”, segundo Nogueira Leite; uma hipocrisia enraizada na idiosincrasia portuguesa que alimenta o “lampedusismo” social que impede a mudança no país. Com a avaliação das políticas económicas mediante esquemas retóricos ou com a designação metafórica dos promotores dessas políticas, os discursos dos economistas, além de explicar, procuram convencer, isto é, suscitar apoios para o próprio discurso. Ou, dito de um outro modo, gerar confiança no seu diagnóstico e desconfiança no alheio.

Não faltam na esfera pública testemunhos que declaram vivermos hoje numa situação de crise de confiança:²² José Manuel Durão Barroso, no seu discurso sobre o estado da UE em 2011, falava numa crise financeira, económica, social, política e, também, de confiança;²³ Dilma Rousseff, mais recentemente, afirmava que só os sacrifícios impostos às populações não chegavam como instrumentos geradores de confiança;²⁴ Nicolas Sarkozy, há uns meses, culpava José Luis Rodríguez Zapatero da crise de confiança em Espanha;²⁵ e o European Council of Foreign Relations publicava

²¹ Sobre a transcendência das metáforas como estruturas básicas da compreensão humana, consultar Lakoff e Johnson (2005) e González García (2001). A aplicação específica das metáforas em economia pode ser consultada em Bracker e Herbrechter (2005) e Aydinonat (2008).

²² Sigo, nesta questão da confiança, a proposta de Lizcano (2009).

²³ “Barroso: Europa vive uma crise de confiança”, *Diário de Notícias*, 28/10/11. Consultado a 30/11/12 em http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2023774&seccao=Europa.

²⁴ “Dilma Rousseff; confiança não se constrói com austeridade e sem esperança”, *Sol*, 17/11/12. Consultado a 30/11/12 em http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=63095.

²⁵ “Sarkozy culpa a Zapatero de la crisis de confianza en España”, *El País*, 5/04/12. Consultado a 30/11/12 em http://politica.elpais.com/politica/2012/04/05/videos/1333655166_684435.html.

no início deste ano um sintomático artigo sobre a crise de confiança europeia.²⁶ Como tal, se a questão fulcral é a confiança mas também o seu contrário, isto é, a desconfiança face à situação e às medidas, os discursos acerca da crise têm desempenhado e vão desempenhar um papel fundamental neste sentido. É mediante estes discursos que a crise é definida e adota diferentes formatos de acordo com essas definições; é mediante estes discursos que são justificadas as medidas desenvolvidas para corrigir a conjuntura e é mediante estes discursos que se reclama a confiança ou a desconfiança dos cidadãos.

No entanto, os economistas na sua qualidade de expertos não podem assumir como pressuposto indiscutível que os seus diagnósticos e soluções, pelo seu cariz técnico-científico, vão ser aceites acriticamente pelos leigos. Há quem caracterize a modernidade tardia como uma época de confiança nos sistemas de conhecimento experto em virtude da sua competência e fiabilidade. Neste caso, a iniciativa atribuída ao leigo passa exclusivamente pela escolha do experto em quem confiar. No entanto, é preciso considerar que, paradoxalmente, tais sistemas são hoje objeto de controvérsia e discussão por parte dos leigos. Quando a ciência já não é capaz de garantir que as suas afirmações sobre o controlo dos riscos sejam fiáveis, sobretudo quando o próprio desenvolvimento científico está por detrás de uma parte desses riscos. Se é verdade que os avanços no saber podem ter aumentado a nossa perceção do controlo dos processos sociais, ao mesmo tempo, abrem portas a novas situações de incerteza. Não se trata, pois, de uma rebelião dos leigos face à perícia dos expertos, mas sim de uma problematização da confiança que é depositada neles. No caso dos economistas e da economia, e numa conjuntura como a atual, esta problematização adquire uma dimensão especialmente significativa.

Esta questão pode ser ilustrada de diversos modos, mas desta vez gostaríamos de o fazer recorrendo às palavras de um leigo assumido. Ricardo Araújo Pereira abordava o tema num artigo recente, sob uma perspetiva humorística, e não só.²⁷ Dizemos isto porque a sua formulação do problema possui a lucidez suficiente para colocar de maneira frontal e explícita o assunto da desconfiança, assim como a ideia da dissolução das diferenças entre leigos e expertos no domínio da economia:

Houve um tempo em que quem não soubesse de economia estava excluído da discussão política. Felizmente, esse tempo acabou. Os que percebem de economia são os primeiros a errar todos os cálculos, falhar todas as previsões, agravar os problemas que pretendiam resolver. As propostas de um

²⁶ Ulrike Guérot, “Europe’s crisis of trust”, *The European Council on Foreign Relations*, 17/02/12. Consultado a 28/11/12 em http://ecfr.eu/blog/entry/europes_crisis_of_trust.

²⁷ Ricardo Araújo Pereira, “Notas sobre finanças (e chimpanzés)”, *Visão*, 29/11/12.

leigo talvez sejam absurdas, irrealistas e inexecutáveis. Não faz mal: as do ministro também são. Estamos todos em pé de igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aydinonat, N. Emrah (2008), *The Invisible Hand: How Economists Explain Unintended Social Consequences*, Routledge, Londres/Nova Iorque.
- Bracker, N., e S. Herbrechter (2005), *Metaphors of Economy: Critical Studies*, 25, Rodopi, Amesterdão/Nova Iorque.
- Burton, T., B. Dollery e J. Wallis (2001), “A note on the debate over Economic rationalism in Australia: an application of Albert Hirschman’s Rhetoric of Reaction”, *Working Paper Series in Economics*, 2001-15, University of New England, School of Economics, Austrália.
- Callon, M. (1998), “Introduction: the embeddedness of economic markets in economics”, em Michel Callon (org.), *The Laws of the Markets*, Oxford, Blackwell, pp. 1-57.
- Callon, M. (2006), “What does it mean to say that economics is performative?”, *Papiers du Recherche du CSI/CSI Working Paper Series*, 5, Centre de Sociologie de l’Innovation, École des Mines de Paris, Paris.
- Colander, D. (2005), “The making of an economist redux”, *Journal of Economic Perspectives*, 19 (1), pp. 175-198.
- Cristiano, J. L. (2011), “Acciones y resultados: una propuesta de clasificación de las consecuencias no intencionales”, *Revista Internacional de Sociología*, 69 (2), pp. 353-370.
- Felt, Ulrike (2000), “A adaptação do conhecimento científico ao espaço público”, em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta, pp. 265-288.
- Gala, P., e J. M. Rego (orgs.) (2003), *A História do Pensamento Económico como Teoria e Retórica: Ensaio sobre Metodologia em Economia*, São Paulo, Ed. 34.
- García, J. M. González (2001), “Metáforas de la subjetividad”, em Eduardo Crespo e Carlos Soldevilla (orgs.), *La construcción social de la subjetividad*, Madrid, Los Libros de la Catarata.
- García, R. Faúndez (2009), “La retórica reaccionaria en acción: un análisis de las fórmulas de persuasión desplegadas por los críticos del multiculturalismo”, *Discurso y Sociedad*, 3 (3), pp. 397-436.
- Hillgartner, S. (1990), “The dominant view of popularisation: conceptual problems, political uses”, *Social Studies of Science*, 20 (4), pp. 519-539.
- Hillgartner, S., e C. Bosk (1988), “The rise and fall of social problems: a public arenas model”, *American Journal of Sociology*, 94 (1), pp. 53-78.
- Hirschman, Albert O. (2001), *Retóricas de la intransigencia*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Holden, M. (2010), “The rhetoric of sustainability: perversity, futility, jeopardy?”, *Sustainability*, 2, pp. 645 -649.
- Ibáñez, J. (1985), *Del algoritmo al sujeto: perspectivas de la investigación social*, Madrid, Siglo XXI Editores.
- Klein, Naomi (2009), *A Doutrina do Choque: a Ascensão do Capitalismo de Desastre*, Lisboa, Smartbook.
- Lakoff, G., e M. Johnson (2005), *Metáforas de la vida cotidiana*, Madrid, Cátedra.
- Leite, A. Nogueira (2010), *Uma Tragédia Portuguesa: Toda a Verdade sobre o Estado da Nossa Economia. E Uma Saída Possível*, Alfragide, Lua de Papel.
- Lizcano, E. (2009), “Narraciones de la crisis: viejos fetiches con caras nuevas”, *Archipiélago*, 83-84, pp. 33-44.
- Louçã, F. (2011), *Portugal Agrilhado: a Economia Cruel na Era do FMI*, Lisboa, Bertrand.

- MacKenzie, D. (2006), *An Engine, not a Camera: how Financial Models Shape Markets*, Cambridge, MIT Press.
- Mamede, Ricardo Paes (2011), “As debilidades da resposta europeia à crise económica”, em José Reis e João Rodrigues (orgs.), *Portugal e a Europa em Crise: para Acabar com a Economia da Austeridade*, Lisboa, Actual Editora.
- McCloskey, D. (1985), *The Rhetoric of Economics*, Madison, The University of Wisconsin Press.
- Menezes, D. Boelhouwer (2008), “A retórica da intransigência brasileira: mídia e política no primeiro governo de Lula”, *Civitas*, 8 (2), pp. 342-358.
- Miller, D. (2005), “Reply to Michael Callon”, *Economic Sociology European Newsletter*, 6 (3), pp. 3-13.
- Pereira, Álvaro Santos (2011), *Portugal na Hora da Verdade: como Vencer a Crise Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- Ramos, R. (1994), “Del aprendiz de brujo a la escalada reflexiva: el problema de la historia en la sociología de Norbert Elias”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 65, pp. 27-53.
- Reis, J. (2012), “Prefácio”, em Luísa Veloso e Renato Miguel do Carmo (orgs.), *A Constituição Social da Economia*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Reis, J., e J. Rodrigues (orgs.) (2011a), *Portugal e a Europa em Crise: para Acabar com a Economia da Austeridade*, Lisboa, Actual Editora.
- Reis, J., e J. Rodrigues (2011b), “A crise como oportunidade?”, em José Reis e João Rodrigues (orgs.), *Portugal e a Europa em Crise: para Acabar com a Economia da Austeridade*, Lisboa, Actual Editora.
- Ricoeur, P. (2001), *Del texto a la acción*, Buenos Aires, FCE.
- Rodrigues, J. (2011), “A economia política da austeridade orçamental”, em José Reis e João Rodrigues (orgs.), *Portugal e a Europa em Crise: para Acabar com a Economia da Austeridade*, Lisboa, Actual Editora.
- Samuels, W. J. (org.) (1990), *Economics as a Discourse: an Analysis of the Language of Economists*, Boston, Kluwer Academic Publishers.
- Schneider, L. (2012), “Ironic perspective and sociological thought”, em Lewis Coser (org.), *The Idea of Social Structure: Papers in Honor of Robert K. Merton*, New Brunswick, Nova Jérсия, Transaction Publishers.
- Shafir, Gerson (org.) (1998), *The Citizenship Debates*, Minneapolis/Londres, University of Minnesota Press.
- Ungar, S. (2000), “Knowledge, ignorance and popular culture: climate change vs. the ozone hole”, *Public Understanding of Science*, 9, pp. 297-312.
- Vilar, Pierre (1977), “Presentación”, em Herbert Soutworth, *La destrucción de Guernica: periodismo, diplomacia, propaganda e historia*, Barcelona, Ibérica de Ediciones y Publicaciones, VII-XVI.
- Wynne, B. (1996), “May the sheep safely graze? A reflexive view of the expert-lay knowledge divide”, em Scott Lash, Brown Szerszynski e Brian Wynne (orgs.), *Towards a New Ecology*, Londres, Sage, pp. 44-83.